

Vitória (ES), Sexta-feira, 08 de Janeiro de 2016.

Planeta Ltda.; **69397821/2015** - Hordalio Batista dos Santos; **69471525/2015** - Aber de Aguiar Toledo - ME; **70214670/2015** e **70735522/2015** - Campany Transportes e Locações Primo Ltda. EPP; **70923353/2015** - Elias Silva Pereira; **70721815/2015** - Itaguaçu Prefeitura e **48037923/2010** - Jorge Sperandio Cott ME (Viação São Jorge).

RESOLVE:**NÃO CONHECER, por**

intempestividade ou indeferidos, de acordo com a Resolução CTI nº 06/2012, os recursos interpostos.

MANTER os autos de infração nºs **14533, 11499, 11500, 11115, 11341, 11130, 10684, 12190, 10680 e 7123.**

Vitória/ES, 07 de janeiro de 2016.

VALDIR ANTONIO ULIANA

Presidente do CTI

Protocolo 207634

Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Espírito Santo - DER-ES -

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO N.º 001-P, DE 4 DE JANEIRO DE 2016.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - DER-ES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar N.º 381, de 28 de fevereiro de 2007, publicada no Diário Oficial do Estado em 1.º/3/2007.

Considerando o disposto no Art. 2.º do Decreto N.º 2156-S, de 07 de dezembro de 2015, publicado no DIO/ES, de 08/12/2015;

RESOLVE:

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados como responsáveis por assegurar a efetiva realização do controle semanal de possíveis focos de proliferação do mosquito Aedes Aegypti, nas áreas internas e externas das dependências da sede do DER-ES e suas Regionais:

Local	Servidor	Nº Funcional
Sede	Edmar Fraga Rocha	2801353
	Herdson Braga	2797453
	Charles Jean Lopes Justino	371662
SRO-1	Américo Luiz Pereira da Silva	2794500
SRO-2	Fábio Longui Batista	2723468
SRO-3	Argeo Reginaldo Lorenzoni Filho	2830558
SRO-4	Eduardo Valadares Gottardi	517139

Vitória, 04 de janeiro de 2016.

ENG. HALPHER LUIGGI MÔNICO ROSA
Diretor-geral do DER-ES

Protocolo 207528**INSTRUÇÃO DE SERVIÇO N.º 002 - P, DE 5 DE JANEIRO DE 2016.**

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - DER-ES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar N.º 381, de 28 de fevereiro de 2007, publicada no Diário Oficial do Estado em 1.º/3/2007 e tendo em vista o contido no processo administrativo n.º **43850057**.

RESOLVE:

Art. 1.º - RETORNAR o servidor João Luiz do Nascimento, n.º funcional 2795957, que foi colocado à disposição do Instituto de Obras Públicas do Estado do Espírito Santo - IOPES, por meio da Instrução de Serviço N.º 003-P, de 7 de março de 2007, publicada no Diário Oficial do Estado do Espírito

Santo em 9 de março de 2007, para fins de aposentadoria.

Art. 2.º - Esta Instrução de Serviço entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 1.º/1/2016.

Vitória, 5 de janeiro de 2016.

ENG. HALPHER LUIGGI MÔNICO ROSA

Diretor-geral do DER-ES

Protocolo 207531

Instituto de Obras Públicas do Estado do Espírito Santo - IOPES -

Editais de Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016 de 06 de Janeiro de 2016

CONSIDERANDO a publicação da Lei Complementar nº 809/2015, publicada no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo em 25 de setembro de 2015;

CONSIDERANDO o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, publicado no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo em 18 de novembro de 2015;

CONSIDERANDO o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 003/2015, publicado no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo em 30 de dezembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1.º - Divulgar a chamada de candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado que visa à contratação em regime de designação temporária para as vagas de Técnico Superior Operacional e Técnico Operacional para atendimento às necessidades de excepcional interesse público no âmbito do Instituto de Obras Públicas do Estado do Espírito Santo.

Art. 2.º - Para fins de atendimento à chamada e formalização do contrato, os candidatos constantes no Anexo I deste Edital deverão obrigatoriamente apresentar seu curriculum vitae, sua ficha de inscrição e a documentação comprobatória dos itens declarados no ato de inscrição através de cópias autenticadas em cartório ou cópia simples acrescida dos documentos originais, conforme determina o Edital nº 001/2015.

Art. 3.º - A comprovação de experiência profissional e qualificação profissional para fins de pré-requisito e prova de títulos se dará por meio de apresentação dos documentos constantes no Edital nº 001/2015, itens 4.4 e 4.10.

Art. 4.º - Para efeito de formalização do contrato fica definida a apresentação dos documentos conforme previsto no Edital nº 001/2015, item 7.3.

Art. 5.º - A documentação deverá ser entregue em envelope com nome e CPF do candidato à Comissão do Processo Seletivo que relacionará, em formulário padrão, os documentos entregues e fornecerá ao candidato um comprovante de entrega da documentação.

Art. 6.º - A Comissão do Processo Seletivo não analisará a documentação no ato da entrega. A lista dos candidatos habilitados, eliminados ou reclassificados para o último lugar da lista de classificação será publicada posteriormente no Diário Oficial do Estado e divulgada no site www.selecao.es.gov.br.

Art. 7.º - O cronograma para a entrega dos documentos é o disposto no quadro a seguir:

Período: 12/01/2016 a 13/01/2016

Horário: 09h às 11h e 14h às 16h

Local: Sede do IOPES, situado na Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 635, Ed. Corporate Office - 16º Andar - Enseada Suá, Vitória - ES - CEP: 29.050-335

Art. 8.º - Na hipótese de não comprovação ou de comprovação inadequada dos requisitos mínimos exigidos para o cargo, o candidato estará **AUTOMATICAMENTE ELIMINADO** do processo de seleção.

Art. 9.º - Na hipótese de não comprovação dos itens a serem considerados na prova de títulos, o candidato será automaticamente **RECLASSIFICADO** para o último lugar da lista de classificação.

Art. 10.º - A desistência ou o não comparecimento do candidato implicará na sua **ELIMINAÇÃO AUTOMÁTICA**.

Art. 11.º - O candidato que, por qualquer motivo, estiver impedido de realizar a entrega da documentação, poderá fazê-la por procurador legalmente habilitado, conforme previsto no Edital nº 001/2015. O procurador deverá apresentar documento de identidade com foto.

Art. 12.º - A formalização do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços dar-se-á após a convocação por meio de Edital publicado no Diário Oficial do Estado e divulgado no site www.selecao.es.gov.br.

Art. 13.º - Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento das instruções contidas neste Edital e das demais normas do Processo Seletivo Simplificado.

ANEXO I

Chamada para apresentação da documentação para os cargos ofertados, de acordo com a necessidade da Administração, na seguinte ordem: **Classificação, Nome, Inscrição, Total de Pontos, Pontos por título, Pontos por experiência e Data de Nascimento.**

Técnico Superior Operacional - Especialidade I

1, Erika Lopes Coelho, 141717, 57, 15, 42, 18/09/1979.

Técnico Superior Operacional - Especialidade II

1, Plutarco Rojas Jaramillo Filho, 138221, 52, 10, 42, 03/03/1960.

Técnico Superior Operacional - Especialidade III

1, Luiz Gustavo Valentim Castro, 138107, 60, 18, 42, 13/01/1975.

Técnico Superior Operacional - Especialidade V

1, Geelisson Morello Cazotti, 159766, 40, 10, 30, 18/07/1983.

Técnico Superior Operacional - Especialidade VII

1, Marques Fabiano Gratz Furley, 138414, 46, 4, 42, 01/03/1947;

2, Adriana Ledig Aguiar Silva Deriz, 140725, 46, 4, 42, 09/07/1961;

3, Rita De Cássia De Almeida Landi, 143687, 46, 4, 42, 29/07/1965.

Técnico Superior Operacional - Especialidade IX

1, Silvio Cordeiro Junior, 167571, 64, 22, 42, 13/05/1962;

2, Ricardo Da Silva Santini, 145538, 58, 16, 42, 09/03/1966;

3, Marcus Tadeu De Castro Vieira, 180433, 58, 16, 42, 18/10/1970;

4, Alessandro Soares De Vargas Martins, 167334, 56, 14, 42, 06/04/1973;

5, Alessandro Tobias Matos, 186090, 56, 14, 42, 02/12/1975;

6, Delfim Francisco Da Costa Filho, 166401, 54, 12, 42, 26/01/1951;

7, Elaine Cristina Furieri, 198341, 54, 12, 42, 05/11/1975.

Técnico Operacional - Edificações III

1, Juliana Bergami De Carvalho, 132332, 49, 7, 42, 28/08/1983;
2, Carlos Ricardo Pereira, 132370, 47, 5, 42, 16/12/1976.

Técnico Operacional - Eletrotécnica I

1, Carlos Victor Nunes, 173237, 45, 3, 42, 08/11/1954.

CLAUDIO DANIEL PASSOS ROSA
DIRETOR GERAL

Protocolo 207488

EXTRATO DO CONTRATO DE EMPREITADA Nº 005/2015 PROC. Nº 72353163. Contratante: IOPEs Contratada: MK CONSTRUTORA EIRELI-ME Objeto: Obra de escoramento das lages do imóvel denominado "Casa Amarela", no município de Vitória/ES. Valor R\$ 28.769,17. Natureza da Despesa: Programa de Trabalho 10281010412208003254. Nat. da Despesa: 3.3.90.39. Fonte: 0101000000. Prazo: 30 dias. Assinatura: 04/01/2016.

Protocolo 207570

Extrato do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada Nº 04/2013. Processo Nº 64597393. Partes: IOPEs e a empresa Construtora Zaché Indústria e Comércio Ltda. Cláusula Primeira: Aditar o Item 2.1 da Cláusula Segunda do referido contrato - Do valor: R\$ 65.451,23. Cláusula Segunda: Do regime de execução: empreitada por preço unitário. Fonte de Recurso: SEDU, Programa de Trabalho: 10.42.101.12.361.0721.1672 e 10.42.101.12.362.0858.1673, Fonte 0114000001 e Natureza de Despesa: 449051. ASSINATURA: 28/12/2015.

Protocolo 207524

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEAMA -

PORTARIA Nº 01-S, 06 de janeiro de 2016

Constitui Comissão Permanente de Licitação - CPL e indica seus membros.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEAMA, no exercício da competência prevista no art. 98, inciso I, da Constituição do Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições conferidas pelo art. 46, alínea "o", da Lei nº 3.043/75; e, Considerando a necessidade de constituir Comissão Permanente de Licitação - CPL nos termos da Lei nº 8.666/1993; Considerando o disposto na Lei Complementar nº 291/2004, regulamentada pelo Decreto nº 1.396-R/2004, alterado pelo Decreto nº 3.786-R/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Constituir Comissão Permanente de Licitação - CPL no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEAMA, composta pelos seguintes servidores:

I - Bruno Fantichelli Alves de Oliveira - Presidente;
II - Anazelia Magda Tedesco - Titular;
III - Sebastião Francisco Alves - Titular;
IV - Emmanuel Bersan Pinheiro - Suplente;
V - Maria Aparecida Sodré Dias - Suplente.

Parágrafo único. Nas ausências ou impedimentos do Presidente, fica designado, como substituto, o servidor Emmanuel Bersan Pinheiro.
Art. 2º. Esta Portaria possui validade de um ano.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Fica revogada a Portaria nº 14-S, de 03/06/2015.

Rodrigo Marques de Abreu
Júdice

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Protocolo 207589

PORTARIA Nº 02-S, 06 de janeiro de 2016

Constitui Comissão Permanente de Pregão e indica seus membros.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEAMA, no exercício da competência prevista no art. 98, inciso I, da Constituição do Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições conferidas pelo art. 46, alínea "o", da Lei nº 3.043/75; e, Considerando a necessidade de constituir Comissão Permanente de Pregão, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e do Decreto nº 1.527-R/2005; Considerando o disposto na Lei Complementar nº 291/2004, regulamentada pelo Decreto nº 1.396-R/2004, alterado pelo Decreto nº 3.786-R/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Constituir a Comissão Permanente de Pregão, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEAMA, composta pelos seguintes servidores.

I - Emmanuel Bersan Pinheiro - Pregoeiro;
II - Bruno Fantichelli Alves de Oliveira - Titular;
III - Maurício José de Almeida Castro - Titular;
IV - Sebastião Francisco Alves - Suplente;
V - Maria Aparecida Sodré Dias - Suplente.

Parágrafo único. Nas ausências ou impedimentos do pregoeiro, fica designado, como substituto, o servidor Bruno Fantichelli Alves de Oliveira.

Art. 2º. Esta Portaria possui validade de um ano.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Marques de Abreu
Júdice

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Protocolo 207593

PORTARIA Nº 001-R DE 06 DE JANEIRO DE 2016.

O SECRETÁRIO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 98, II, da Constituição Estadual;

CONSIDERANDO o que estabelece o art. 23, incisos VI e VII, e o art. 24, inciso VI e parágrafo 3º, da Constituição Federal, e a Lei Complementar Federal nº 140, de 08 de dezembro de 2011, inciso XX, no que tange à competência dos Estados de exercer o controle e legislar sobre pesca em âmbito estadual;

CONSIDERANDO que, todos os anos, as espécies de caranguejo uçá (*Ucides cordatus*) saem de suas tocas com o objetivo de acasalamento, tornando-se presa fácil para os predadores;

CONSIDERANDO que a pesca predatória ameaça a sustentabilidade dos recursos pesqueiros;

CONSIDERANDO a necessidade de recomposição natural da fauna e da proteção das espécies de caranguejo durante a época de sua reprodução;

CONSIDERANDO que cabe aos estados definir a melhor época para a proteção da espécie, de acordo com suas características regionais.

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, inciso XXV, da Lei Estadual n. 4.126, de 22 de julho de 1988;

RESOLVE:

Art. 1º Proibir a captura, a manutenção em cativeiro, o transporte, o beneficiamento, a industrialização, o armazenamento e a comercialização dos indivíduos da espécie *Ucides cordatus*, popularmente conhecido como caranguejo-uçá, bem como as partes isoladas (quelas, pinças, garras ou desfiado), de qualquer origem (município, estado ou país), no Estado do Espírito Santo, nos meses de Janeiro, Fevereiro, Março e Abril, durante os dias de "andada", correspondendo aos seguintes períodos em 2016:

I - 1º Período: de **25/01 a 31/01**;
II - 2º Período: de **09 a 15/02 e de 23 a 29/02**;
III - 3º Período: de **10 a 16/03 e de 24 a 30/03**;
IV - 4º Período: de **08 a 14/04 e de 23 a 29/04**;

§ 1º Entende-se por "andada" o período reprodutivo em que os caranguejos machos e fêmeas saem de suas galerias (tocas) e andam pelo manguezal, para acasalamento e liberação de ovos.

§ 2º Entende-se por manutenção em cativeiro o confinamento artificial do caranguejo vivo em

qualquer ambiente, no Estado do Espírito Santo.

Art. 2º O produto da captura apreendido pela fiscalização, quando vivo, deverá ser liberado, preferencialmente, em seu habitat natural, respeitando-se o disposto no Decreto Federal nº. 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 3º Os infratores às regras desta Portaria estarão sujeitos às penalidades e as sanções previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, seu regulamento e demais normas aplicáveis.

Parágrafo único: Quando couber, o órgão fiscalizador dará ciência às prefeituras das notificações de infração a esta norma, para fins de gestão de benefícios concedidos aos catadores.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cariacica, 06 de janeiro de 2016.

RODRIGO MARQUES DE ABREU
JÚDICE

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Protocolo 207596

ERRATA

Processo: 59444428

Na Deliberação do Conselho Regional de Meio Ambiente - **CONREMA V nº 043 de 28 de outubro de 2015:**

ONDE SE LÊ:

VALOR DA MULTA: R\$15.500,00 (QUINZE MIL E QUINENTOS REAIS)

LEIA-SE:

VALOR DA MULTA: R\$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS)

Vitória, 14 de dezembro de 2015

RODRIGO MARQUES DE ABREU
JÚDICE

Presidente do CONREMA V

Protocolo 207463

Agência Estadual de Recursos Hídricos - AGERH

RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO N.º 001/2014.

Processo n.º 67492029/2014
CONCEDENTE: Agência Estadual de Recursos Hídricos - AGERH
EXECUTANTE: Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo - IDAF
DO OBJETO: O compromisso pela AGERH do pagamento mensal de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), referente aos meses de dezembro/2015 a janeiro/2024, equivalente a 30% do montante de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), valor atualizado do aluguel.
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS: A distribuição dos